

d) órgãos públicos encarregados da regulação do trabalho e outros atores sociais orientados sobre os novos fundamentos legais e institucionais.

## TÍTULO II

Das Instituições Executoras

### Artigo 2º

O Governo da República Federativa do Brasil designa:

I - o Ministério do Trabalho e Emprego, doravante denominado "MTE", como a instituição nacional responsável pela execução das ações a seu encargo, decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

II - a Agência Brasileira de Cooperação, doravante denominada "ABC/MRE", como a Instituição nacional responsável pelo acompanhamento e avaliação das ações a seu encargo, decorrentes do presente Ajuste Complementar.

### Artigo 3º

A Organização Internacional do Trabalho, doravante denominada OIT, como a agência internacional executora, que será representada por sua Secretaria.

## TÍTULO III

Da Operacionalização

### Artigo 4º

Para a operacionalização do presente Ajuste Complementar, o MTE e a OIT coordenarão a implementação das ações e atividades previstas neste Instrumento.

### Artigo 5º

As ações e atividades a serem realizadas no seio deste Ajuste Complementar pautar-se-ão no documento de projeto (Anexo 4 deste Ajuste Complementar), pelas Normas e Regulamentos Financeiros da OIT para a administração dos fundos recebidos pela OIT para o financiamento da cooperação técnica, e pelos Planos de Trabalho, que deverão ser preparados anualmente, em conjunto pelo MTE e pela OIT e encaminhados à "ABC/MRE".

**Parágrafo Primeiro.** Os Planos de Trabalho definirão, de maneira pormenorizada, os objetivos, as atividades, os produtos, a estratégia, o prazo e o cronograma de implementação, os recursos humanos e compromissos financeiros para a execução das atividades.

**Parágrafo Segundo.** A compra de bens e contratação de serviços pela OIT no âmbito deste Ajuste Complementar estão regulamentadas pelas Regras e regulamentos financeiros da OIT. O MTE deverá observar a legislação nacional vigente para a compra de bens e contratação de pessoal.

## TÍTULO IV

Das Obrigações das Partes Contratantes

### Artigo 6º

Ao Governo da República Federativa do Brasil caberá:

I - por meio da ABC:

a) monitorar e avaliar as ações visadas no presente Ajuste Complementar;

b) acompanhar a implementação deste Ajuste Complementar pelas Instituições executoras, de acordo com seus respectivos mandatos;

c) receber e aprovar os relatórios anuais e final estabelecidos no Anexo 4; e

d) atuar no âmbito de suas competências nos termos do Decreto Presidencial nº 5.032, de 5 de abril de 2004, e

II - por meio do MTE:

a) coordenar, juntamente com a OIT, a execução deste Ajuste Complementar;

b) definir, juntamente com a OIT, os produtos a serem alcançados por cada Plano de Trabalho, estabelecidos no Anexo 4 e respaldados por recursos efetivamente disponíveis;

c) analisar o escopo de cada uma das atividades a ser implementada, o perfil dos consultores a contratar, os editais de licitação e os programas de treinamento;

d) indicar os técnicos nacionais de contrapartida que participarão na implementação das ações a serem realizadas e selecionar os consultores a serem contratados;

e) elaborar "Relatórios de Progresso" para o acompanhamento, pela ABC, do Projeto de cooperação técnica, com periodicidade semestral;

f) publicar os resultados finais, se assim julgar conveniente;

g) designar, nos termos do Artigo 6º do Decreto 5.151/04, o Diretor Nacional do Projeto;

h) assegurar que esteja de acordo com a legislação nacional relacionada à execução de projetos de cooperação técnica internacional.

### Artigo 7º

Em conformidade com suas regras, regulamentos, políticas e diretivas, e sujeito à disponibilidade de fundos, caberá à OIT:

a) implementar este Ajuste Complementar;

b) processar as ações administrativas requeridas para a implementação dos Planos de Trabalho;

c) pré-selecionar e contratar especialistas e consultores, conforme suas normas e procedimentos administrativos e financeiros, mediante consulta ao MTE, de acordo com o perfil dos mesmos, sua programação de trabalho e/ou cargo a ocupar;

d) pôr à disposição do MTE os serviços de especialistas e membros de seu quadro regular, de acordo com as solicitações do Ministério, compatibilizadas as funções destes com as atividades e recursos definidos nos Planos de Trabalho e nas especificações de cada um dos respectivos produtos;

e) prestar todas as informações necessárias às atividades de acompanhamento da ABC;

f) cumprir as provisões do Título XI, e;

g) realizar a transferência imediata da titularidade dos bens que possam ser adquiridos no âmbito deste Projeto.

### Artigo 8º

Cada uma das Partes designará, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura deste Termo, seus pontos focais para o Projeto.

### Artigo 9º

Nenhuma das provisões deste Ajuste Complementar poderá constituir-se em uma relação de controle e subordinação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização Internacional do Trabalho.

## TÍTULO V

Dos Recursos Financeiros

### Artigo 10

O valor total do Projeto sob a égide deste Ajuste Complementar é de R\$593.582,00 (quinhentos e noventa e três mil e quinhentos e oitenta e dois reais), correspondentes a US\$ 320,855 (trezentos e vinte mil e oitocentos e cinquenta e cinco dólares americanos), ao câmbio estimado de R\$ 1,85 (um real e oitenta e cinco centavos), que serão apropriados como segue: Classificação Funcional Programática 11122113222720001 - Gestão e Administração do Programa - GAP, sob a NE 000003 no valor de R\$ 93.582,00 e Classificação Funcional Programática 11332113254780001 - Fórum Nacional do Trabalho, sob a NE 000004, no valor de R\$ 500.000,00, em consonância com o respectivo Cronograma de Desembolsos.

**Parágrafo Primeiro.** O MTE deverá transferir o referido valor, segundo o seguinte cronograma de repasse:

Data de Repasse: Montante:  
Até 60 (sessenta) dias após a assinatura R\$ 593.582,00

**Parágrafo Segundo.** Os recursos serão depositados na seguinte conta da OIT:

Nº da conta: 50.5648-10  
Banco: ITAÚBANK  
Agência: 010 - Brasília, DF, Brasil  
CNPJ: 04091.201/0001-00  
Referência: BRA/04/M01/BRA

**Parágrafo Terceiro.** Os recursos financeiros repassados pelo MTE serão administrados pela OIT em estrita observância com os regulamentos, regras e diretivas financeiras da OIT.

**Parágrafo Quarto.** As obrigações da OIT neste Ajuste Complementar estarão condicionadas ao recebimento dos respectivos recursos financeiros. Caso os repasses acima mencionados não sejam recebidos, a assistência a ser prestada ao Projeto poderá ser reduzida, suspensa ou finalizada pela OIT. A OIT não assumirá nenhum compromisso além do montante efetivamente recebido.

**Parágrafo Quinto.** A OIT deverá manter uma conta contábil separada expressa em dólar para a contribuição, mostrando todas as receitas e despesas. Os repasses em reais deverão ser convertidos em dólares pela taxa de câmbio de mercado do dia da transferência. As despesas efetuadas em reais serão convertidas em dólares à taxa de

câmbio das Nações Unidas do dia da transação. Caso haja variações na taxa de câmbio que resultem em uma redução ou aumento no valor em dólar disponível para a implementação do Projeto no âmbito deste Ajuste Complementar, as Partes deverão, de comum acordo, ajustar o orçamento e revisar o cronograma de atividades.

**Parágrafo Sexto.** Os juros decorrentes da contribuição deverão ser contabilizados em separado e creditados ao Projeto.

## TÍTULO VI

Dos Custos de Operação

### Artigo 11

A título de ressarcimento de custos operacionais incorridos pela OIT em suas atividades de apoio à implementação do presente Ajuste Complementar serão debitados 5% ao orçamento do Projeto. Este valor será apropriado após certificação dos gastos reais efetuados pelo Projeto e será debitado automaticamente conforme sejam efetuados os gastos.

## TÍTULO VII

Dos Recursos Auferidos, das Despesas e do Relatório Final

### Artigo 12

A OIT deverá submeter ao MTE, trimestralmente, relatório financeiro certificado, preparado pela sede da OIT, demonstrando os recursos auferidos e os desembolsos efetuados nos três meses anteriores.

**Parágrafo Primeiro.** Ao final do ano fiscal, a OIT efetuará uma revisão mandatária transferindo os saldos apurados para o ano seguinte. A cópia do orçamento revisado deverá ser enviada ao MTE e à ABC/MRE.

### Artigo 13

A OIT obriga-se, ainda, a apresentar ao MTE um relatório financeiro final, incluindo os recursos auferidos, despesas decorrentes da implementação deste Ajuste Complementar, até 31 de maio do ano seguinte do término do Projeto.

## TÍTULO VIII

Do Pessoal a Contratar

### Artigo 14

A contratação de pessoal pela OIT, para executar as atividades previstas no âmbito deste Ajuste Complementar, será regulada segundo os dispositivos normativos da OIT pertinentes à matéria. O MTE deverá observar a legislação nacional vigente e não terá jurisdição sobre o pessoal contratado.

## TÍTULO IX

Da Publicação e Divulgação dos Produtos e Atividades

### Artigo 15

Todos os documentos e relatórios produzidos durante a execução do Projeto poderão ser divulgados desde que recebida autorização das instituições participantes, podendo ser estabelecida sua confidencialidade caso solicitado por uma das Partes.

**Parágrafo Primeiro.** A OIT e o MTE consultar-se-ão a respeito da oportunidade de publicação, divulgação e reprodução dos produtos gerados no âmbito deste Ajuste Complementar.

**Parágrafo Segundo.** A OIT não divulgará qualquer informação confidencial obtida durante a execução do presente Ajuste Complementar, salvo com expressa autorização do MTE.

### Artigo 16

Toda a divulgação a ser feita das atividades desenvolvidas no âmbito do presente Projeto, por meio de veículos de comunicação de massa, contendo o nome e/ou logomarca da OIT, deverá ser objeto de consulta prévia entre as Partes.

## TÍTULO X

Dos Bens Adquiridos e dos Recursos Remanescentes

### Artigo 17

O MTE e a OIT procederão da seguinte forma em relação aos bens adquiridos e aos saldos de recursos remanescentes:

I - Os bens adquiridos com os recursos alocados à execução deste Ajuste Complementar serão imediatamente transferidos ao patrimônio do MTE, que deverá isentar a OIT de qualquer responsabilidade por queixas, demandas, disputas e perdas e danos. A transferência de titulariedade e propriedade serão feitas com o entendimento de que o MTE assumirá a manutenção e operação futura do equipamento e que este será usado somente para o propósito ao qual foi originalmente destinado, e

II - Ao término do presente Ajuste Complementar, a OIT deverá devolver ao MTE o saldo de recursos não utilizados e em seu poder, uma vez quitados os compromissos pendentes.